

Clipping n º 1065

, 06 Setembro 2012 - 11:34:55

Registro em carteira conta tempo na aposentadoria Juizados reconhecem os períodos que não estão no cadastro da Previdência, mas têm registro do patrão A TNU (Turma Nacional de Uniformização), última instância de decisão dos Juizados Especiais Federais, decidiu que o segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) pode comprovar o período de contribuição não só com as anotações que foram feitas na carteira de trabalho. O órgão havia negado a aposentadoria de um segurado do Mato Grosso, porque os pagamentos à Previdência não constavam no CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais). A TNU determinou, no entanto, que o INSS precisaria provar que as informações da carteira de trabalho não eram verdadeiras para negar o reconhecimento do tempo de contribuição. Agora SP

Fator previdenciário: coeficiente atual reduz valor de aposentadorias de trabalhadores mais pobres, diz especialista A principal crítica ao fator previdenciário é que ele prejudica principalmente os trabalhadores pobres ou menos especializados. Isso ocorre porque essas pessoas, além de entrarem mais cedo no mercado, não conseguem manter uma contribuição regular para a Previdência, um dos elementos levados em consideração na definição do fator. Os outros são a idade do segurado e a expectativa de vida do brasileiro no momento da aposentadoria. Pela fórmula do fator, quanto menor a contribuição, maior é a redução da aposentadoria. Assim, esses trabalhadores, que representam a parcela mais frágil do mercado de trabalho, se aposentam ao final da vida com uma remuneração menor do que recebiam durante a vida laboral. O fator é drástico para os trabalhadores, critica o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Sólón de França. Segundo ele, a aplicação do coeficiente reduz o valor das aposentadorias em 40% para os homens e 30% para as mulheres. O objetivo inicial do fator previdenciário, que era eliminar as aposentadorias precoces, não está sendo atingido. Hoje as pessoas se aposentam e continuam trabalhando. O que advogamos é idade mínima somada ao tempo de contribuição, afirma Sólón. Para ele, aumentar a idade mínima para se aposentar não resolve. Isso não seria justo para aquelas pessoas que começam a trabalhar mais cedo. Sólón também alerta para a necessidade de discutir se é justo as pessoas se aposentarem e continuarem trabalhando. Um dos benefícios gerados pela aposentadoria é criar postos de trabalho. Se as pessoas podem se aposentar e continuar trabalhando, você também causa um problema para aqueles jovens que tentam entrar no mercado de trabalho. (Fonte: Jornal da Câmara)

Fator previdenciário: redutor não incentivou trabalhador a adiar pedido de benefício O reconhecimento do governo de que o fator pouco influenciou a idade de aposentadoria dos segurados partiu do diretor do Regime Geral do Ministério da Previdência Social, Rogério Costanzi, em audiência pública na Câmara, em março. Segundo ele, a idade média da aposentadoria pelo INSS se estabilizou, desde 2002, em 54 anos entre os homens e em 51 anos entre as mulheres. O fator foi instituído em 1999 para coibir as aposentadorias precoces. De acordo com Costanzi, os trabalhadores preferem se aposentar antes do tempo e continuar na ativa para acumular o valor da aposentadoria e do salário. Também há casos de empregados na faixa dos 50 anos de idade que não conseguem recolocar-se no mercado de trabalho e acabam sendo empurrados para a aposentadoria precoce. Uma terceira explicação, apontada por deputados que participaram da audiência, é o FGTS. Os aposentados podem sacar todo o dinheiro

depositado no fundo no momento da concessão do benefício. Além disso, os que retornam ao mercado de trabalho têm o direito de sacar todo mês o valor que é depositado pela empresa (8% do salário). Essa possibilidade é permitida por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Promessa - O fator nunca cumpriu o que prometeu, diz o deputado João Dado (PDT-SP). Segundo ele, a simples constatação do governo já é motivo suficiente para acabar com esse mecanismo. O parlamentar acredita que há espaço nas contas públicas para suportar o fim do fator previdenciário. Segundo Dado, em 1995, o governo gastava 56% da sua receita corrente líquida com pessoal. Em 2012, a previsão é gastar apenas 30%. Essa diferença poderia ser usada para, entre outras coisas, cobrir eventuais despesas provocadas pelo fim do fator. Tem dinheiro, o que importa é a preferência: a quem importa destinar estes recursos, afirma Dado. (Fonte: Jornal da Câmara)

Fator previdenciário: Câmara e governo discutem alternativa para redutor da aposentadoria Treze anos depois de entrar em vigor em meio a muita polêmica, o fator previdenciário pode estar chegando ao fim. Deputados e governo buscam um acordo que permita votar, após as eleições municipais, o Projeto (PL 3.299/2008) que acaba com o mecanismo usado na concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. O governo concorda com a substituição do fator previdenciário pela regra 95/85, mas em troca quer a aprovação da idade mínima para a aposentadoria e não concorda com a retroatividade do fim do fator, ou seja, os que se aposentaram com as regras atuais não se beneficiariam com a sua extinção. As mudanças nas regras previdenciárias seriam feitas por meio de uma emenda substitutiva durante a votação do projeto no Plenário da Câmara. Segundo o Executivo, a emenda reduziria o impacto fiscal provocado pelo fim do fator previdenciário. **Atuação do relator** O deputado Roberto Santiago (PSD-SP), vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e que integra a comissão de negociação para destravar o tema, apresentou relatório favorável e aprovado por unanimidade na comissão especial, permitindo que o projeto avançasse e chegasse ao plenário. Agora, o parlamentar negocia sua votação. O acordo se encaminha para a aprovação da fórmula do ministro do Desenvolvimento Agrário, chamada de regra 95/85, que estabelece que o trabalhador poderá se aposentar quando o somatório da idade e do tempo de contribuição for de 95, para homens, e 85, para mulheres. Por exemplo, o homem poderá requerer a aposentadoria quando tiver 60 anos de idade e 35 de contribuição. Atualmente, para evitar que o fator reduza a aposentadoria, um homem de 60 anos precisa ter 40 anos de contribuição ao INSS. Para os parlamentares, a regra 95/85 é a que obteve o maior consenso até agora entre as dezenas de projetos que tramitam na Câmara e no Senado sobre o fim do fator, e por isso tem maior chance de ser aprovada. **Veto** O fim do fator previdenciário já foi aprovado pelo Congresso em 2010. Durante a votação da Medida Provisória 475/2009, que reajustava as aposentadorias (transformada na Lei 12.254/2010), os parlamentares aprovaram uma emenda que acabava com o fator a partir de 1º de janeiro de 2011. O dispositivo, no entanto, foi vetado pelo então presidente Lula. (Assessoria deputado Roberto Santiago)

Fator previdenciário: nova aposentadoria ainda depende de acordo O fator previdenciário é uma prioridade, é uma injustiça com os trabalhadores brasileiros, reconhece o presidente da Câmara, Marco Maia. Mas ainda estamos buscando entendimento, acordo com o governo, com o Ministério da Previdência, com as centrais sindicais para encontrar modelos benéficos aos trabalhadores. O diretor do Regime Geral de Previdência do Ministério da Previdência, Eduardo Pereira, afirma que ainda não há acordo sobre o fator 95/85. Não temos posição definida. O fator é um ponto de partida, mas acredito que não deve ser aprovado exatamente da forma como está no projeto. Acharmos que esse parâmetro é pouco baixo. Poderia ser mais alto. Já o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Sólton de França, defende a votação imediata da proposta. Entendemos que o fator 85/95 poderá ser votado na Câmara, depois do segundo turno das eleições municipais, aposta. Nos últimos quatro anos, mais de 44 mil pessoas entraram em contato com a Câmara para pedir o fim do fator previdenciário. Reforços Apesar da falta de acordo, o debate na Câmara sobre o fim do fator previdenciário (PL 3299/08) ganhou dois reforços neste ano. O primeiro veio do reconhecimento,

feito pelo próprio governo, de que o mecanismo não cumpriu seu objetivo principal de postergar a aposentadoria dos trabalhadores do INSS. O segundo partiu do Tribunal de Contas da União (TCU), que em um acórdão publicado no início de agosto afirmou que a melhoria das contas da Previdência Social depende mais de um combate à sonegação e à inadimplência do que à aplicação de mecanismos de restrição de acesso aos benefícios, como o fator previdenciário. A perda de receita provocada pela sonegação e inadimplência chegou a R\$ 139,2 bilhões em 2009, ano em que a auditoria do TCU se baseia. O valor é a soma de R\$ 117,6 bilhões de sonegação e R\$ 21,6 bilhões de inadimplência. Para se ter uma dimensão deste número, ele é mais do que o dobro do superávit primário do setor público obtido em 2009 (R\$ 64,8 bilhões) e três vezes superior ao déficit da Previdência do trabalhador da iniciativa privada naquele mesmo ano, que foi de R\$ 42,9 bilhões. O número levou o TCU a recomendar ao Executivo a adoção de ações prioritárias de combate à sonegação e inadimplência. Para o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), o maior problema da Previdência está na gestão de recursos, e não em déficits. Há um mito sobre os recursos da Previdência, que são muito mal aplicados, desviados, mal geridos, afirma. (Fonte: Jornal da Câmara)

Jorge Caetano Ferminopj